

**No. 28228**

—

**BRAZIL  
and  
SPAIN**

**Agreement on judicial cooperation in civil matters (with  
annexes). Signed at Madrid on 13 April 1989**

*Authentic texts: Portuguese and Spanish.*

*Registered by Brazil on 24 July 1991.*

—————

**BRÉSIL  
et  
ESPAGNE**

**Convention relative à la coopération judiciaire eu matière  
civile (avec auuexes). Signée à Madrid le 13 avril 1989**

*Textes authentiques : portugais et espagnol.*

*Enregistrée par le Brésil le 24 juillet 1991.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA CIVIL,  
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRA-  
SIL E O REINO DA ESPANHA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Reino da Espanha,

Conscientes dos profundos vínculos históricos que unem ambas Nações, e

Desejando traduzí-los em instrumentos jurídicos de cooperação no âmbito civil,

Decidiram concluir um Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e, para tal fim, convieram nas seguintes disposições:

C A P Í T U L O I

Cooperação Judiciária

ARTIGO 1

1. Os Estados Contratantes comprometem-se a prestar um ao outro ampla cooperação judiciária em matéria civil, comercial, trabalhista e de contencioso administrativo.
2. Os Ministérios da Justiça dos dois Estados, com o caráter de Autoridade Central, transmitirão e receberão as solicitações de cooperação judiciária, remetendo-as aos órgãos competentes para cumprimento.
3. Os funcionários consulares manterão a competência que lhes atribuem os tratados internacionais de que ambos Estados sejam Partes.

## C A P Í T U L O   I I

### Cartas Rogatórias

#### ARTIGO 2

Cada Estado terá a faculdade de transmitir, na forma do Artigo Primeiro, as cartas rogatórias originadas de processos referentes às matérias objeto deste Convênio às autoridades judiciárias encarregadas de seu cumprimento no outro Estado.

#### ARTIGO 3

1. Os documentos judiciais ou extra-judiciais referentes às matérias objeto deste Convênio poderão ser transmitidos:

- a) por comunicação entre os Ministérios da Justiça;
- b) por remessa direta das autoridades e funcionários do Estado requerente ao Ministério da Justiça do Estado requerido;
- c) por via diplomática.

#### ARTIGO 4

1. Os pedidos de comunicação de atos judiciais serão redigidos em formulários bilingües, conforme os modelos anexos ao presente Convênio. As partes em branco serão preenchidas no idioma do Estado requerente.

2. Os documentos que compõem o ato judicial a ser comunicado serão redigidos no idioma do Estado requerente; entretanto, serão traduzidos para o idioma do Estado requerido, se solicitado pelo destinatário, cabendo ao Estado requerido as despesas da tradução.

#### ARTIGO 5

1. A comunicação de atos judiciais será feita de conformidade com a lei do Estado requerido.
2. A prova da comunicação será feita por formulário bilingüe, segundo o modelo anexo ao presente Convênio. As partes em branco serão preenchidas no idioma do Estado requerido.
3. A prova da comunicação incluirá a forma, o lugar, a data e o nome da pessoa à qual foi entregue e, se for o caso, a recusa do recebimento ou os fatos que o impediram.

#### ARTIGO 6

1. Quando uma carta rogatória for expedida ao outro Estado Contratante, para fim de citação, e não havendo comparecido o réu, o órgão jurisdicional do Estado requerente suspenderá o processo até que seja juntada prova de seu cumprimento.
2. Cessará a suspensão quando concorrerem as seguintes circunstâncias:
  - a) o documento tenha sido remetido nos termos do presente Convênio;
  - b) tiver transcorrido, desde a data do envio, um prazo que o órgão jurisdicional fixará, considerando as circunstâncias do caso, e que será de, pelo menos, seis meses;
  - c) não tenha havido manifestação do Estado requerido, apesar das diligências oportunamente feitas perante as suas autoridades competentes.
3. O disposto no presente Artigo não impedirá a adoção de medidas provisórias ou cautelares.

#### ARTIGO 7

1. Na hipótese de sentença proferida à revelia, em processo no qual a citação tenha sido feita mediante carta rogatória, de acordo com este Convênio, o órgão jurisdicional do Estado requerente terá a faculdade de eximir o réu da preclusão para o efeito de interpor recurso, se concorrerem as seguintes condições:

- a) o réu, sem culpa de sua parte, não teve conhecimento da ação ou da sentença nela proferida, a tempo de apresentar defesa ou interpor recurso, e
- b) as alegações do réu parecerem, em princípio, procedentes.

2. Para eximir-se da preclusão, a petição do réu deverá ser apresentada no prazo de dois meses, a contar do dia em que tomou conhecimento da sentença proferida à revelia.

#### ARTIGO 8

1. O cumprimento da carta rogatória só poderá ser recusado quando seu objeto estiver fora das atribuições da autoridade judiciária do Estado requerido ou seja suscetível de atentar contra sua soberania ou segurança.

2. O cumprimento da carta rogatória não poderá ser recusado sob fundamento de que a Lei do Estado requerido estabelece uma competência internacional exclusiva para o assunto, ou não reconhece vias jurídicas semelhantes às adotadas pelo Estado requerente, ou ainda porque conduza a resultado não admitido pela Lei do Estado requerido.

#### ARTIGO 9

As cartas rogatórias não compreendidas na hipótese do Artigo 4, parágrafo 2,<sup>1</sup> e os documentos que as acompanham serão redigidos no idioma do Estado requerido, ou serão acompanhadas de tradução para o referido idioma.

---

<sup>1</sup> Reads "article 4" in the authentic Spanish text — Se lit « article 4 » dans le texte authentique espagnol.

#### ARTIGO 10

A autoridade requerida informará data e lugar em que será cumprida a diligência solicitada, a fim de que possam assisti-la as autoridades, as Partes interessadas e seus representantes. Tal comunicação poderá ser feita por intermédio das Autoridades Centrais ou diretamente aos interessados.

#### ARTIGO 11

1. A autoridade judicial que der cumprimento a uma carta rogatória aplicará a lei interna. As perguntas a serem apresentadas aos peritos e testemunhas deverão constar da carta rogatória, e as respectivas respostas serão transcritas integralmente, na medida do possível.

2. Serão igualmente atendidas as indicações especiais feitas pela autoridade do Estado requerente, se estas não forem contrárias à ordem pública do Estado requerido.

3. As cartas rogatórias serão cumpridas com caráter de urgência.

#### ARTIGO 12

1. Para o cumprimento da carta rogatória, a autoridade requerida utilizará os meios coativos previstos por sua lei.

2. Os documentos que certifiquem o cumprimento da carta rogatória serão transmitidos por meio das Autoridades Centrais.

3. Quando a carta não for cumprida, no todo ou em parte, a autoridade requerente será informada imediatamente desse fato e dos motivos do impedimento.

### ARTIGO 13

O cumprimento da carta rogatória não dará lugar a nenhum reembolso, salvo as indenizações a testemunhas, honorários de perito, despesas com traduções e as decorrentes da observância das indicações especiais feitas pelo Estado requerente.

### ARTIGO 14

Caso o endereço do destinatário do documento ou da pessoa a ser ouvida for incompleto ou inexato, a autoridade requerida ainda assim tomará as medidas cabíveis para sua localização. Para este fim, poderá pedir ao Estado requerente informações suplementares que facilitem a identificação e localização dessa pessoa.

## C A P Í T U L O   I I I

### Reconhecimento e execução de decisões judiciais, transações, laudos arbitrais e documentos com força executória

### ARTIGO 15

1. As decisões judiciais proferidas pelos tribunais de um Estado Contratante, em matéria civil, comercial e trabalhista serão reconhecidas e executadas no outro Estado, de acordo com as disposições deste Convênio.
2. Entendem-se por decisões judiciais as sentenças, transações judiciais, mandamentos ou resoluções similares que ponham fim ao processo.
3. Consideram-se incluídas no âmbito da cooperação as decisões proferidas em processos de jurisdição voluntária.
4. Consideram-se também compreendidas as sentenças penais, quando se refiram às consequências civis do crime.

**ARTIGO 16**

Ficam excluídas do Artigo 15 as seguintes matérias, cujo reconhecimento e execução correrão de conformidade com a lei interna de cada Estado:

- a) estado e capacidade das pessoas e direito de família, quanto se trate de sentenças constitutivas ou declaratórias; exceto as decisões referentes a obrigações pecuniárias decorrentes de tal declaração, observado o disposto no Artigo seguinte;
- b) obrigações alimentícias relativas a menores;
- c) sucessões;
- d) falências, concursos de credores e procedimentos análogos;
- e) matéria de previdência social;
- f) danos de origem nuclear.

**ARTIGO 17**

Para efeitos do presente Convênio, considera-se Tribunal competente:

**I - Em matéria de obrigações:**

- a) aquele eleito pelas Partes, desde que pertença ao Estado Contratante do domicílio de uma delas, e que a cláusula de eleição de foro conste de instrumento referente a relação jurídica concretamente determinada e, ainda, que tal competência não tenha sido estabelecida de modo abusivo;
- b) subsidiariamente, o do Estado Contratante onde, ao ser proposta a ação, o réu tiver seu domicílio ou residência habitual ou, em caso de pessoa jurídica, o do lugar de sua sede ou estabelecimento principal. Se, entretanto, no momento da propositura da ação, o réu mantiver estabelecimento, sucursal ou agência com organização



própria em local diverso, neste poderá ser demandado, quando o litígio se referir a atividade desenvolvida em tal estabelecimento, sucursal ou agência.

II - Em matéria de obrigações extracontratuais, o do Estado Contratante onde se produziram os fatos geradores da obrigação, ou, à escolha do autor, o do Estado Contratante onde se produziram os efeitos danosos.

III - Para as ações relativas a bens, o do lugar onde se encontram.

IV - Para as obrigações pecuniárias em matéria de direito de família, o do Estado Contratante, do domicílio ou da residência habitual do réu.

#### ARTIGO 18

1. As decisões judiciais enumeradas no Artigo 15 serão reconhecidas:

- a) no Brasil, mediante prévia homologação pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) na Espanha, sem necessidade de procedimento algum, salvo se deverem produzir efeitos de coisa julgada ou ser executada, ou quando se formular oposição, casos em que se observará o trâmite previsto para a execução.

2. Admite-se o reconhecimento parcial sempre que o conteúdo da decisão o permita.

#### ARTIGO 19

Para que a decisão proferida em um Estado possa ser reconhecida no outro, serão indispensáveis os seguintes requisitos:

- a) que haja sido pronunciada por tribunal competente, nos termos deste Convênio;
- b) que seja executória no Estado de origem;
- c) que o réu tenha sido regularmente citado de acordo com a lei do Estado onde tenha sido proferida a sentença.

#### ARTIGO 20

A competência do tribunal do Estado de origem será reconhecida para o pedido reconvenicional se, quanto a este, ocorrer alguma das hipóteses enumeradas no Artigo 17, ou se tal pedido derivar do mesmo fato em que se fundamentou o pedido principal.

#### ARTIGO 21

O reconhecimento e a execução de sentença poderão ser denegados em qualquer dos seguintes casos:

- a) se a obrigação objetivada no pedido for ilícita no Estado requerido;
- b) se a decisão for manifestamente incompatível com a ordem pública do Estado requerido;
- c) se estiver pendente ante um tribunal do Estado requerente um litígio entre as mesmas Partes, com o mesmo objeto e fundado nos mesmos fatos, a menos que a ação tenha sido proposta anteriormente no Estado de origem;
- d) se já tiver sido proferida, sobre o mesmo litígio, decisão no Estado requerido ou em terceiro Estado, sendo esta, na hipótese, susceptível de reconhecimento no Estado requerido.

ARTIGO 22

São tribunais competentes para o reconhecimento e a execução:

- a) no Brasil, para o reconhecimento, o Supremo Tribunal Federal; para a execução, os juízes federais;
- b) na Espanha, os Juízos de Primeira Instância.

ARTIGO 23

O processo de reconhecimento e execução reger-se-á pela Lei do Estado requerido, sem prejuízo do disposto no presente Convênio, e, em especial, nos artigos subseqüentes.

ARTIGO 24

1. Em nenhum caso proceder-se-á ao reexame do mérito da causa, ressalvado o controle formal para comprovação de ocorrência dos requisitos estabelecidos no Artigo 19.
2. Presumir-se-ão provados os fatos que serviram para fundamentar a competência do Tribunal que proferiu a decisão.
3. O reconhecimento ou a execução não poderão ser negados por haver o Tribunal que proferiu a decisão aplicado lei diferente da que seria cabível segundo as regras do Direito Internacional Privado do Estado requerido.

ARTIGO 25

A Parte que pretenda o reconhecimento ou a execução deverá apresentar cópia integral, autêntica ou autenticada, da decisão, bem como certidão de que esta seja executória e, ainda, de que a citação do réu foi regular.

ARTIGO 26

Iniciado o processo, poderão ser requeridas medidas assecuratórias ou cautelares perante tribunal competente, segundo a lei do Estado requerido.

ARTIGO 27

O disposto no presente Convênio aplica-se, no que couber, ao reconhecimento e execução dos laudos arbitrais.

C A P Í T U L O   I VForça probatória e execução de documentos com  
força executivaARTIGO 28

Os documentos com força executiva formalizados perante autoridade de um Estado Contratante terão, no outro Estado, a mesma força probatória que os documentos formalizados nesse Estado.

ARTIGO 29

Os documentos referidos no Artigo 28, executórios em um Estado Contratante, serão declarados executórios no outro Estado, de acordo com a lei do Estado em que se solicita a execução. A autoridade competente para a execução verificará unicamente se os documentos reúnem os requisitos necessários para a execução no Estado de origem e se a execução pedida não é contrária à ordem pública do Estado requerido.

## C A P Í T U L O V

### Disposições Gerais

#### ARTIGO 30

Para os fins deste Convênio, os documentos emitidos pelas autoridades judiciárias ou por outras autoridades de um dos Estados Contratantes, bem como os documentos que certifiquem o teor e a data, a autenticidade da assinatura ou a conformidade com o original, estarão dispensados de legalização, apostila ou formalidades análogas, quando apresentados a uma autoridade judiciária do outro Estado.

#### ARTIGO 31

As Autoridades Centrais, para fins de cooperação judiciária, se não houver obstáculos de ordem pública, poderão solicitar, uma à outra, informações ou pesquisas referentes a processos existentes em seus tribunais e transmitir, gratuitamente, cópias de decisões judiciais.

#### ARTIGO 32

As Autoridades Centrais, mediante solicitação, informarão, uma à outra, a respeito das normas legais, em vigor ou derogadas, de seus respectivos ordenamentos.

#### ARTIGO 33

A prova das disposições legais ou consuetudinárias de um dos Estados poderá ser feita, perante os tribunais do outro Estado, com base nas informações fornecidas pelos funcionários consulares do Estado cujo direito se quer provar.

#### ARTIGO 34

1. Os nacionais de um Estado Contratante beneficiam-se, no território do outro Estado, no que se refere à sua pessoa e aos seus bens, dos mesmos direitos e da mesma proteção jurídica que os nacionais deste último, tendo livre acesso aos tribunais para defesa de seus direitos e interesses.

2. As pessoas jurídicas constituídas ou registradas segundo as Leis de qualquer dos Estados gozarão dos mesmos benefícios.

#### ARTIGO 35

1. Aos nacionais de um Estado Contratante não poderá ser imposta caução, depósito ou qualquer outro tipo de garantia, em virtude de sua condição de estrangeiros ou por não serem residentes ou domiciliados no território do outro Estado. Igual regra será aplicada aos pagamentos exigíveis das Partes ou intervenientes para garantia das custas judiciais.

2. Os mesmos benefícios serão aplicados às pessoas jurídicas constituídas ou registradas segundo a lei de qualquer dos Estados.

3. Se a pessoa dispensada da caução ou depósito for condenada ao pagamento das custas do processo, mediante sentença transitada em julgado proferida pela autoridade judiciária de uma das Partes, a sentença será executada sem custas, a pedido de quem de direito, no território da outra Parte. A autoridade judiciária competente para deliberar sobre a execução limitar-se-á a declarar se a sentença sobre as custas é exequível.

#### ARTIGO 36

1. Os nacionais de um Estado Contratante gozarão do benefício da justiça gratuita nas mesmas condições dos nacionais do outro Estado, qualquer que seja o lugar de sua residência habitual, inclusive em terceiro Estado.

2. Os pedidos de benefício de justiça gratuita e seus documentos podem ser transmitidos por intermédio das Autoridades Centrais.

3. A pessoa a quem for deferido o benefício da justiça gratuita no Estado de origem gozará, no Estado requerido, do mesmo benefício sem novo exame e nos limites previstos em lei, no que concerne às comunicações referentes à sua causa e ao cumprimento da carta rogatória; com exceção das indenizações pagas aos peritos, para os atos e procedimentos de reconhecimento e execução da decisão, assim como para o procedimento de execução da decisão do exequatur, independentemente de qualquer reembolso de despesas pelo Estado requerente ao Estado requerido.

### ARTIGO 37

1. Os Estados Contratantes enviarão um ao outro, a pedido e gratuitamente, certidões de atos do registro civil de seus nacionais. Esta transmissão será efetuada por via diplomática ou consular. Entretanto, os nacionais de quaisquer dos dois Estados podem dirigir-se diretamente à autoridade competente do outro Estado, mediante pagamento das custas previstas na Lei do Estado requerido.

2. Os atos de estado civil formalizados ou transcritos nas repartições consulares de cada Estado terão a mesma validade que os atos de estado civil formalizados no outro Estado.

### ARTIGO 38

Nenhuma disposição do presente Convênio pode ser interpretada de forma que interfira na aplicação da Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

## C A P Í T U L O VI

### Disposições Finais

### ARTIGO 39

As questões decorrentes da aplicação do presente Convênio serão resolvidas por via diplomática.

### ARTIGO 40

1. O presente Convênio está sujeito a ratificação e entrará em vigor no último dia do mês seguinte à troca dos Instrumentos de Ratificação, que será na cidade de Brasília.

2. O presente Convênio vigorará por tempo indeterminado. Qualquer dos Estados poderá denunciá-lo mediante notificação escrita, transmitida por via diplomática. A denúncia surtirá efeito a partir do último dia do sexto mês seguinte ao da notificação.

FEITO em Madri, aos 13 dias do mês de abril de 1989, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo  
da República Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pelo Reino da Espanha:

[Signed — Signé]

FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ

[For the text of the annexes, see p. 205 of this volume — Pour le texte des annexes, voir p. 205 du présent volume.]



[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

CONVENIO DE COOPERACIÓN JURÍDICA EN MATERIA CIVIL  
ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE  
BRASIL Y EL REINO DE ESPAÑA

La República Federativa de Brasil y el Reino de España,

CONSCIENTES de los profundos vínculos históricos que unen a ambas Naciones y

DESEANDO traducirlos en instrumentos jurídicos de cooperación en el ámbito civil.

HAN RESUELTO concluir un Convenio de Cooperación Jurídica en materia civil, y a tal efecto han convenido las disposiciones siguientes:

CAPITULO I

Cooperación jurisdiccional

Artículo 1

1. Los Estados contratantes se comprometen a concederse la más amplia cooperación jurisdiccional en materia civil, mercantil, laboral y contencioso-administrativa.

2. Los Ministerios de Justicia de los dos Estados, con el carácter de Autoridad Central, transmitirán y recibirán las solicitudes de cooperación jurisdiccional, remitiéndolas a los órganos competentes para su ejecución.

3. Los funcionarios consulares seguirán teniendo la competencia que les atribuyan los tratados internacionales en que ambos Estados sean Parte.

## CAPITULO II

### Comisiones Rogatorias

#### Artículo 2

Cada Estado tendrá la facultad de transmitir en la forma prevista en el artículo 1, las comisiones rogatorias dimanantes de procesos en las materias objeto de este Convenio, a las autoridades judiciales encargadas de su ejecución en el otro Estado.

#### Artículo 3

Los documentos judiciales y extrajudiciales, relativos a las materias que son objeto de este Convenio, podrán ser cursados:

- a) Por comunicación entre los Ministerios de Justicia o
- b) Por remisión directa de las autoridades y funcionarios del Estado requirente al Ministerio de Justicia del Estado requerido.
- c) Por vía diplomática.

#### Artículo 4

1. Las solicitudes de notificación se redactarán en formularios bilingües según los modelos anejos al presente Convenio. Las partes en blanco se redactarán en la lengua del Estado requirente.

2. Los documentos cuya notificación se solicite se redactarán en la lengua del Estado requirente; sin embargo, se traducirán a la lengua del Estado requerido, si lo solicitase el destinatario, corriendo a cargo del Estado requerido los gastos de traducción.

### Artículo 5

1. la notificación se llevará a efecto de acuerdo con la Ley del Estado requerido.

2. La prueba de la notificación, se hará por medio de un formulario bilingüe, según el modelo anejo al presente Convenio. Las partes en blanco se redactarán en la lengua del Estado requerido.

3. La prueba de la notificación incluirá la forma, lugar, fecha y nombre de la persona notificada, así como en su caso, la negativa a recibirla o el hecho que lo hubiera impedido.

### Artículo 6

1. Cuando una demanda o documento equivalente ha sido remitido al otro Estado contratante a efectos de notificación y no compareciere el demandado, el órgano jurisdiccional del Estado requirente suspenderá el procedimiento hasta que se acredite la notificación.

2. Se levantará la suspensión, cuando concurrieren las circunstancias siguientes:

a) el documento ha sido remitido en alguna de las formas previstas en el Convenio,

b) ha transcurrido desde la fecha del envío un plazo, que el órgano jurisdiccional fijará en función de las circunstancias del caso y que será al menos, de seis meses.

c) no obstante, las diligencias oportunas ante las autoridades competentes del Estado requerido, no se ha podido obtener certificación alguna.

El presente artículo no impedirá la adopción de medidas provisionales o cautelares.

### Artículo 7

1. En el caso de sentencia dictada en rebeldía, en un proceso en el que el emplazamiento se hubiere hecho por comisión rogatoria de acuerdo con el Convenio, el órgano jurisdiccional del Estado requirente, tendrá facultad de eximir al demandado de la preclusión a efectos de interponer recurso, si se concurren las condiciones siguientes:

a) El demandado, sin culpa por su parte, no tuvo conocimiento de la demanda ni tiempo oportuno para defenderse, o de la sentencia, a efectos de interponer recurso.

b) Las alegaciones del demandado aparecen provistas, en principio, de algún fundamento.

2. La petición del demandado, para que se le exima de la preclusión, habrá de formularse en el plazo de dos meses siguientes al día en que tuvo conocimiento de la sentencia en rebeldía.

### Artículo 8

1. La ejecución de las comisiones rogatorias no podrá ser rehusada más que si no entraren en las atribuciones de la autoridad judicial del Estado requerido o si fuese susceptible de atentar a la soberanía o a la seguridad del Estado requerido.

2. La ejecución no puede ser rehusada por el solo motivo de que la ley del Estado requerido establezca una competencia internacional exclusiva en el asunto o no reconozca vías jurídicas comparables a las seguidas en el Estado requirente o porque produjese un resultado no admitido por la ley del Estado requerido.

#### Artículo 9

Las comisiones rogatorias y los documentos que las acompañen, distintos de los previstos en el Art.4,<sup>1</sup> se redactarán en la lengua del Estado requerido o irán acompañados de una traducción a dicha lengua.

#### Artículo 10

La autoridad requerida informará de la fecha y del lugar en que se practicará la diligencia solicitada, a fin de que las autoridades, las partes interesadas y sus representantes puedan asistir. Dicha comunicación puede ser hecha a través de las Autoridades Centrales o directamente a las personas citadas.

#### Artículo 11

1. La autoridad judicial que proceda a la ejecución de una comisión rogatoria aplicará su ley interna. Las preguntas planteadas a peritos y testigos deberán constar en la comisión rogatoria transcribiéndose las correspondientes respuestas, en la medida de lo posible, íntegramente.

2. También se dará curso a una solicitud de la autoridad requirente, que propusiese una forma especial si no se opusiere al orden público del Estado requerido.

3. Las comisiones rogatorias se ejecutarán con carácter urgente.

#### Artículo 12

1. Para la ejecución de la comisión rogatoria, la autoridad requerida utilizará los medios coactivos previstos por su ley.

---

<sup>1</sup> Reads "article 4 (2)" in the authentic Portuguese text — Se lit « paragraphe 2 de l'article 4 » dans le texte authentique portugais.

2. Los documentos que acrediten la ejecución de la comisión rogatoria se transmitirán por medio de las Autoridades Centrales.

3. Cuando la comisión no hubiese sido ejecutada en todo o en parte, la autoridad requirente será informada inmediatamente, de la misma y con expresión de las razones de ello.

#### Artículo 13

La ejecución de la comisión rogatoria no dará lugar al reembolso de gasto alguno, salvo las indemnizaciones a testigos, honorarios de peritos, gastos de traducciones y los derivados de seguir una forma especial solicitada por el Estado requirente.

#### Artículo 14

Cuando la dirección del destinatario del documento o de la persona que haya de ser oída es incompleta o inexacta, la autoridad requerida se esforzará, sin embargo, por localizarla. a este efecto puede pedir al Estado requirente informaciones suplementarias que permitan su identificación y localización.

### CAPITULO III

#### Reconocimiento y ejecución de decisiones judiciales, transacciones, laudos arbitrales y documentos con fuerza ejecutiva

#### Artículo 15

1. Las decisiones judiciales dictadas por los tribunales de un Estado contratante, en materia civil, mercantil y laboral, serán reconocidas y ejecutadas en el otro Estado, de acuerdo con las disposiciones de este Convenio.

2. Por decisiones judiciales se entienden las sentencias, transacciones judiciales que pongan fin al proceso, autos, mandamientos o cualquier otra resolución similar.

3. Se consideran incluidas las decisiones pronunciadas en actos de jurisdicción voluntaria.

4. Asimismo se consideran comprendidas las sentencias penales en cuanto se refieran a las consecuencias civiles del delito.

#### Artículo 16

Quedan excluidas del Artículo 15 las siguientes materias, cuyo reconocimiento y ejecución se regulará de acuerdo con la ley interna de cada Estado:

a) Estado y capacidad de las personas y derecho de familia, en cuanto se trate de sentencias constitutivas o declarativas de tales estados o derechos, sin comprender las decisiones sobre obligaciones pecuniarias que sean consecuencia de aquella declaración, de conformidad con lo previsto en el artículo siguiente.

b) Obligaciones alimenticias respecto a menores.

c) Sucesiones.

d) Quiebras, concursos y procedimientos análogos.

e) En materia de Seguridad Social.

f) Daños de origen nuclear.

Artículo 17

Para los efectos del presente Convenio se consideran tribunales competentes:

1. En materia de obligaciones:

a) Aquellos a quienes se hubieran sometido las partes, siempre que pertenezcan al Estado contratante del domicilio de una de éstas, el acuerdo sumisorio conste por escrito en cuanto a los litigios que surjan con motivo de una relación jurídica concretamente determinada y tal competencia no haya sido establecida de manera abusiva.

b) Subsidiariamente, los del Estado contratante donde tuviese el demandado su domicilio o residencia habitual al iniciarse el litigio o en caso de persona jurídica, los del lugar donde tuviese su sede o establecimiento principal.

Si al iniciarse el proceso el demandado tuviese establecimiento, sucursal o agencia con organización propia, podrá ser demandado en este lugar, cuando el litigio se refiera a la actividad desenvuelta en dicho establecimiento, sucursal o agencia.

2. En materia de obligaciones extracontractuales, los del Estado contratante donde se hubieren producido los hechos generadores de la obligación, o los del Estado contratante donde se produjeren los efectos dañosos a opción del actor.

3. Para las acciones relativas a bienes, los del lugar en que se encuentran.

4. Para las obligaciones pecuniarias en materia de derecho de familia los del Estado contratante del domicilio o residencia habitual del demandado.



### Artículo 18

1. Las decisiones judiciales enumeradas en el artículo 15 serán reconocidas:

a) En España sin necesidad de procedimiento alguno, salvo que deban producir efectos de cosa juzgada o ser ejecutadas o cuando se formulare oposición, en cuyos casos se seguirá el trámite previsto para la ejecución.

b) En Brasil, previa homologación ante el Supremo Tribunal Federal.

2. Habrá lugar a un reconocimiento parcial, siempre que fuera posible en vista del contenido de la decisión.

### Artículo 19

Para que la decisión dictada en un Estado, pueda ser reconocida en el otro, serán requisitos indispensables:

a) que haya sido pronunciada por Tribunal competente, en los términos de este Convenio,

b) que sea ejecutoria en el Estado de origen.

c) que la iniciación del proceso haya sido notificada en legal forma de acuerdo con la ley del Estado de origen de la sentencia.

### Artículo 20

La competencia del Tribunal del Estado de origen, será reconocida para la petición reconvenional si, en cuanto a ésta, concurriese alguno de los motivos de competencia expresados en el artículo 17 o si tal petición derivara del mismo hecho en que se fundó la principal.

### Artículo 21

El reconocimiento y la consiguiente ejecución, en su caso, pueden ser denegados en cualquiera de los casos siguientes:

a) si la obligación en cuya virtud se hubiere procedido fuese ilícita en el Estado requerido,

b) si la decisión fuese manifiestamente incompatible con el orden público del Estado requerido,

c) si estuviese pendiente ante un Tribunal de dicho Estado un litigio entre las mismas partes, con el mismo objeto y fundado en los mismos hechos, salvo que la acción se hubiere ejercitado primero en el Estado de origen,

d) si en el Estado requerido o en un tercer Estado, hubiera sido ya dictada decisión sobre el mismo litigio y la misma fuere susceptible de reconocimiento en el Estado requerido.

### Artículo 22

Son tribunales competentes para el reconocimiento y ejecución:

a) en Brasil para el reconocimiento: el Supremo Tribunal Federal y para la ejecución: los jueces federales,

b) en España, los Juzgados de Primera Instancia.

### Artículo 23

El proceso de reconocimiento y ejecución se regirá por la ley del Estado requerido, sin perjuicio de lo dispuesto en el presente Convenio y en especial en los artículos siguientes.

#### Artículo 24

1. En ningún caso se procederá al reexamen del mérito o fondo de la causa, sin perjuicio del control formal para comprobar la concurrencia de los requisitos establecidos en el artículo 19.

2. Al apreciar la competencia del Tribunal que dictó la decisión, se tendrán como probados los hechos que le sirvieron para fundarla.

3. No podrá denegarse el reconocimiento o la ejecución por el hecho de que el Tribunal que dictó la decisión haya aplicado una ley diferente de la que correspondería según las reglas del Derecho Internacional Privado del Estado requerido.

#### Artículo 25

La parte que pretenda el reconocimiento o la ejecución deberá presentar copia literal, auténtica o autenticada de la decisión, así como certificación de ser ejecutoria y de que la citación al demandado se hizo en tiempo y forma.

#### Artículo 26

Desde que se inicie el proceso pueden solicitarse medidas aseguratorias o cautelares, ante el mismo Tribunal competente y con sujeción a la ley del Estado requerido.

#### Artículo 27

Los laudos arbitrales serán reconocidos y ejecutados de acuerdo con lo prevenido en este Convenio, en cuanto sea aplicable.

#### CAPITULO IV

##### Fuerza probatoria y ejecución de documentos con fuerza ejecutiva

#### Artículo 28

Los documentos con fuerza ejecutiva , formalizados ante una autoridad de un Estado contratante, tendrán en el otro Estado la misma fuerza probatoria que los documentos formalizados en dicho Estado.

#### Artículo 29

Los documentos enumerados en el artículo 29,<sup>1</sup> ejecutivos en un Estado contratante, serán declarados ejecutivos en el otro Estado, de acuerdo con la ley del Estado en que se solicita la ejecución. La autoridad competente para despachar la ejecución comprobará únicamente si los documentos reúnen las condiciones necesarias para su ejecución en el Estado donde han sido recibidos y si la ejecución que se solicita no es contraria al orden público del Estado requerido.

#### CAPITULO V

##### Disposiciones generales

#### Artículo 30

En lo relativo a este Convenio, los documentos que emanen de las autoridades judiciales u otras autoridades de uno de los Estados contratantes, así como los documentos en los que acrediten la certeza y la fecha, la autenticidad de la firma o la conformidad con el original estarán dispensados de legalización, apostilla o formalidad análoga, cuando deban ser presentadas en el otro Estado.

---

<sup>1</sup> Should read: "28" (Information supplied by the Government of Brazil) — Devrait se lire : « 28 » (Renseignement fourni par le Gouvernement brésilien).

### Artículo 31

Las Autoridades Centrales, en el marco de la cooperación jurisdiccional, podrán si no hay obstáculos de orden público solicitarse informaciones o investigaciones en relación a procesos de los que conozcan sus tribunales y transmitirse, gratuitamente copias de decisiones judiciales.

### Artículo 32

Las Autoridades Centrales se informarán previa petición sobre normas legales en vigor o derogadas de sus respectivos ordenamientos.

### Artículo 33

La prueba de las disposiciones legales o consuetudinarias de uno de los Estados podrá ser aportada ante los Tribunales del otro Estado, de acuerdo con las informaciones suministradas por los funcionarios consulares del Estado cuyo derecho se trata de probar.

### Artículo 34

1. Los nacionales de un Estado contratante tendrán libre acceso a los tribunales del otro Estado para la defensa de sus derechos e intereses, en las mismas condiciones que sus nacionales y se beneficiarán de la misma protección jurídica.

2. Los mismos beneficios se aplicarán a las personas jurídicas autorizadas o registradas según las leyes de cualquiera de los Estados.

### Artículo 35

1. Los nacionales de un Estado contratante están exentos de caución o depósito, cualquiera que sea su denominación, en el otro Estado, por razón de su cualidad de extranjeros o de su residencia habitual incluso en un tercer Estado. Igual regla se aplicará a los pagos que fuesen exigibles a demandantes o intervinientes para garantizar los gastos judiciales.

2. Los mismos beneficios se aplicarán a las personas jurídicas autorizadas o registradas según las leyes de cualquiera de los Estados.

3. Si la persona dispensada de caución o depósito fuera condenada al pago de las costas del proceso mediante sentencia firme dictada por la autoridad judicial de una de las Partes, se ejecutará sin costas a petición del interesado en el territorio de la otra Parte. La autoridad judicial competente para resolver la ejecución, se limitará a declarar que la sentencia sobre las costas es o no ejecutable.

### Artículo 36

1. Los nacionales de un Estado contratante, disfrutarán del beneficio de justicia gratuita igual que los nacionales de otro Estado, cualquiera que sea el lugar de su residencia habitual, incluso si estuviera situada en un tercer Estado.

2. Las solicitudes del beneficio de justicia gratuita y sus documentos, pueden ser transmitidas por intermedio de las Autoridades Centrales.

3. La persona que tuviese reconocido el beneficio de justicia gratuita en el Estado de origen, gozará de este beneficio en el Estado requerido, sin nuevo examen y dentro de los límites previstos por la legislación de este Estado, en lo referente a las notificaciones relativas a su litigio, ejecución

de comisiones rogatorias, con excepción de las indemnizaciones satisfechas a los peritos para las actuaciones y procedimientos encaminados a reconocer o ejecutar la decisión, así como para las actuaciones y procedimiento de ejecución de la decisión de exequatur que no darán lugar a reembolso alguno de los gastos por el Estado requirente al Estado requerido.

#### Artículo 37

1. Los Estados contratantes se comunicarán previa petición y gratuitamente, certificados de actas del Registro Civil, relativas a sus nacionales. Esta transmisión se efectuará por vía diplomática o consular. Sin embargo los nacionales de cualquiera de los dos Estados pueden dirigirse directamente a la autoridad competente del otro Estado abonando los gastos exigidos por la ley del Estado requerido.

2. Las actas de estado civil formalizadas o transcritas en las oficinas consulares de cada Estado se asimilarán a las actas de estado civil formalizadas en el otro Estado.

#### Artículo 38

Ninguna disposición del presente Convenio puede ser interpretada de forma que obstaculice la aplicación del Convenio de Viena sobre Relaciones Consulares.

### CAPITULO VI

#### Disposiciones Finales

#### Artículo 39

Las dificultades que surgiesen en la aplicación del presente Convenio serán resueltas por vía diplomática.

Artículo 40

1. El presente Convenio está sujeto a ratificación, entrando en vigor el último día del mes siguiente al canje de los instrumentos de ratificación que tendrá lugar en la ciudad de Brasilia.

2. El presente Convenio tendrá una duración indefinida. Cualquiera de los dos Estados podrá denunciarlo mediante notificación escrita por vía diplomática. La denuncia surtirá efectos a partir del último día del sexto mes siguiente al de la notificación.

HECHO en Madrid, a trece de abril de mil novecientos ochenta y nueve, en dos ejemplares en portugués y español, siendo los dos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno  
de la República Federativa de Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ  
Ministro de Estado  
de Relaciones Exteriores

Por el Reino de España:

[Signed — Signé]

FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ  
Ministro de Asuntos Exteriores

[For the text of the annexes, see p. 205 of this volume — Pour le texte des annexes, voir p. 205 du présent volume.]



CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA CIVIL ENTRE A ESPANHA E O BRASIL, ASSINADO EM MADRI, NO DIA 13 DE ABRIL DE 1989.

CONVENIO DE COOPERACION JURIDICA EN MATERIA CIVIL ENTRE ESPAÑA Y BRASIL, FIRMADO EN MADRID EL DIA 13 DE ABRIL DE 1989.

ELEMENTOS ESSENCIAIS DO ATO (Artigo 4)  
ELEMENTOS ESENCIALES DEL DOCUMENTO (Artículo 4)

Autoridade solicitante

Autoridad solicitante:

Identidade ou endereço da pessoa interessada na transmissão do documento

Identidad y dirección de la persona interesada en la transmisión del documento:

Identidade das partes

Identidad de las partes:

Natureza e objeto do ato

Naturaleza y objeto del documento:

Natureza e objeto do processo e valor da causa

Naturaleza y objeto del litigio y cuantía:

Data e lugar do comparecimento

Fecha y lugar de la comparecencia:

Autoridade que proferiu a decisão

Autoridad que dictó la decisión:

Data da decisão

Fecha de la decisión:

Indicação dos prazos que figuram no documento

Indicación de los plazos que figuran en el documento:

#### ARTIGO 4

1. Os pedidos de comunicação de atos judiciais serão redigidos em formulários bilingües, conforme os modelos anexos ao presente Convênio. As partes em branco serão redigidas no idioma do Estado requerente.
2. Os documentos que compõem o ato judicial a ser comunicado serão redigidos no idioma do Estado requerente; entretanto, serão traduzidos para o idioma do Estado requerido, por solicitação do destinatário, cabendo ao Estado requerido as despesas da tradução.

#### ARTÍCULO 4

1. Las solicitudes de notificación se redactarán en formularios bilingües según los modelos anejos al presente Convênio. Las partes en blanco se redactarán en la lengua del Estado requirente.
2. Los documentos cuya notificación se solicite se redactarán en la lengua del Estado requirente; sin embargo, se traducirán a la lengua del Estado requerido, si lo solicitase el destinatario, corriendo a cargo del Estado requerido los gastos de traducción.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA EM MATÉRIA CIVIL ENTRE A ESPANHA E O BRASIL, ASSINADO EM MADRI NO DIA 13 DE ABRIL DE 1989.

CONVENIO DE COOPERACION JURIDICA EN MATERIA CIVIL ENTRE ESPAÑA Y BRASIL, FIRMADO EN MADRID EL DIA 13 DE ABRIL DE 1989.

Autoridade solicitante

Autoridad solicitante:

CERTIDÃO (1) (Artigo 5)  
CERTIFICACION (1) (Artículo 5)

A autoridade infra-assinada tem a honra de certificar:

La Autoridad abajo firmante tiene la honra de certificar:

QUE A ENTREGA FOI FEITA

QUE LA ENTREGA FUE HECHA

Data

Fecha:

Em (localidade, rua, número)

En (localidad, calle, número)

Como se segue:

En la siguiente forma:

Os documentos mencionados no pedido foram entregues a:

Los documentos mencionados en la solicitud fueron entregados a:

Identidade da pessoa

Identidad de la persona

(1) Este atestado é preenchido na língua do Estado requerido.

(1) Esta ficha se cumprimentará en la lengua del Estado requerido.

**Os documentos mencionados no pedido foram entregues e:**

**Los documentos mencionados en la solicitud fueron entregados e:**

**Identidade da pessoa**

**Identidad de la persona**

**Relação com o destinatário do documento (parentesco, subordinação ou outra):**

**Relación con el destinatario del documento (pariente, dependiente y otra)**

**QUE A ENTREGA NAO FEITA, pelos motivos seguintes:**

**QUE NO SE HIZO LA ENTREGA, por los motivos siguientes:**

**DOCUMENTOS**

**DOCUMENTOS**

**A**

**Documentos comprobatórios da execução**

**Documentos probatorios en la ejecución**

**B**

**Documentos restituídos, especialmente caso a entrega não tenha sido feita.**

**Documentos devueltos, especialmente en el caso en que la entrega no ha sido hecha.**

**Feito em**

**Hecho en**

**Assinatura e selo da Autoridade Central do Estado requerido.**

**Firma y sello de la Autoridad Central del Estado requerido.**

(1) Este atestado é preenchido na língua do Estado requerido.

(1) Esta ficha se cumprimentará en la lengua del Estado requerido.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT<sup>1</sup> ON JUDICIAL COOPERATION IN CIVIL MATTERS  
BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE RE-  
PUBLIC OF BRAZIL AND THE KINGDOM OF SPAIN

The Government of the Federative Republic of Brazil and  
The Kingdom of Spain,  
Aware of the deep historical ties that unite their two nations,  
Desiring to translate them into legal instruments concerning cooperation in civil  
matters,  
Have decided to conclude a judicial cooperation agreement in civil matters, and  
for that purpose have agreed as follows.

CHAPTER I

JUDICIAL COOPERATION

*Article 1*

1. The Contracting States undertake to provide each other the broadest possible judicial cooperation in civil, commercial, social and administrative matters.
2. The Ministries of Justice of both States shall, in their role as central authorities, send and receive requests for judicial cooperation, and shall remit them to the authorities having competence to execute such requests.
3. Consular officials shall continue to enjoy the competence ascribed to them by the international treaties to which both States are parties.

CHAPTER II

LETTERS ROGATORY

*Article 2*

Each State shall have the power to transmit, in the manner set out in article 1, letters rogatory related to actions involving matters covered by this Agreement, to the judicial authorities responsible for their execution in the other State.

*Article 3*

Judicial and extrajudicial documents pertaining to matters covered by this Agreement, may be transmitted:

- (a) Through the Ministries of Justice, or
- (b) By the authorities and officials of the requesting State to the Ministry of Justice of the requested State, or

<sup>1</sup> Came into force on 31 July 1991, i.e., the last day of the month following that of the exchange of the instruments of ratification, which took place at Brasilia on 13 June 1991, in accordance with article 40 (1).

- (c) Through the diplomatic channel.

*Article 4*

1. Requests for service of documents shall be drawn up on forms printed in the two languages, in conformity with the models annexed to this Agreement. The blank spaces shall be completed in the language of the requesting State.

2. Although the documents to be served shall be drawn up in the language of the requesting State, if the addressee so requests, they shall be translated into the language of the requested State; the cost of translation shall be borne by the requested State.

*Article 5*

1. The documents shall be served in accordance with the laws of the requested State.

2. Proof of service shall consist of a form printed in the two languages in conformity with the model annexed to this Agreement. The blank spaces shall be completed in the language of the requested State.

3. Proof of service shall indicate the manner, place and date of service, the name of the person on whom the documents were served, and, when appropriate, the refusal of the person so named to accept them or the circumstance that prevented them from being served.

*Article 6*

1. When a summons or other similar document is sent to the other Contracting State with a request that it be served and the defendant fails to appear, the judicial authority of the requesting State shall suspend the proceedings until it has been established that the document was served.

2. The suspension shall be lifted when all the following conditions obtain:

(a) The document has been served in one of the manners set forth in this Agreement;

(b) A period of at least six months has elapsed; depending on the circumstances of the case, the judicial authority may establish a longer period;

(c) Despite timely requests to the competent authorities of the requested State, it has been impossible to obtain any certification.

3. This article shall not preclude the adoption of provisional or precautionary measures.

*Article 7*

1. If the judgement has been rendered by default, following proceedings in which the summons has been served by letters rogatory in accordance with this Agreement, the judicial authority of the requesting State shall have the power to waive the time-limit for appeal, if all the following conditions obtain:

(a) The defendant, through no fault of his own, was not informed of the claim or of the judgement in sufficient time to prepare his defence or to lodge an appeal;

(b) The defendant's contentions appear to have a fundamental basis in fact.

2. For the time-limit to be waived, the defendant's petition must be submitted within two months from the date on which he was informed of the default-judgement.

#### *Article 8*

1. The judicial authority of the requested State may not refuse to execute the letters rogatory unless they exceed its competence or infringe on the sovereignty or security of the requested State.

2. The judicial authority of the requested State may not refuse to execute the letters rogatory solely on the grounds that its laws accord it exclusive international jurisdiction over the matter or do not recognize legal proceedings of the kind conducted in the requesting State, or because the conclusion reached would be inadmissible under those laws.

#### *Article 9*

Letters rogatory and accompanying documents, unlike those referred to in article 4 (2), shall be written in the language of the requested State or shall be accompanied by a translation into that language.

#### *Article 10*

The requested authority shall announce the date and place of execution of the requested proceedings so that the authorities, the interested parties and their representatives may attend. Such an announcement may be made through the central authorities or directly to those persons.

#### *Article 11*

1. The judicial authority that undertakes to execute a letter rogatory shall apply its domestic laws. The letter rogatory shall include the questions to be put to experts and witnesses; the replies shall be transcribed as fully as possible.

2. If the requesting authority seeks the use of special procedures, that request shall be granted unless it contravenes the public policy of the requested State.

3. Letters rogatory shall be executed promptly.

#### *Article 12*

1. In executing the letter rogatory, the requested authority shall apply the measures of compulsion provided by its laws.

2. Documents establishing the execution of the letter rogatory shall be transmitted through the central authorities.

3. In every instance where the letter is not executed in whole or in part, the requesting authority shall be informed immediately and advised of the reasons.

#### *Article 13*

The execution of the letter rogatory shall not give rise to reimbursement of any costs, save for the fees paid to witnesses and experts, translation costs and arising from the use of special procedures requested by the requesting State.

#### *Article 14*

When the address of the person to whom the document is addressed, or the person to be heard is incomplete or inaccurate, the requested authority shall nevertheless endeavour to locate him. Accordingly it may ask the requesting State for additional information to help it identify and locate the person concerned.

### CHAPTER III

#### RECOGNITION AND ENFORCEMENT OF JUDICIAL DECISIONS, SETTLEMENTS, ARBITRAL AWARDS, AND ENFORCEABLE OFFICIAL DOCUMENTS

#### *Article 15*

1. Judicial decisions rendered by the courts of a Contracting State, in civil, commercial and social matters, shall be recognized and enforced in the other State, under the provisions of this Agreement.
2. The term “judicial decision” shall be taken to mean judgements, out-of-court settlements, court orders, warrants or any other similar decision.
3. Decisions rendered in non-contentious proceedings are also included.
4. The civil consequences of criminal judgements are also included.

#### *Article 16*

The provisions of article 15 do not cover the following matters, recognition and enforcement of which shall be regulated in conformity with the domestic laws of each State:

- (a) Constitutive and declaratory judgements, in so far as they concern the status and capacity of persons and family-related legal matters, with the exception of decisions concerning financial obligations arising therefrom, in conformity with the provisions of the following article;
- (b) Maintenance obligations to minors;
- (c) Inheritance;
- (d) Bankruptcy, composition and other similar proceedings;
- (e) Questions of social security;
- (f) Decisions concerning injuries caused by nuclear power.

#### *Article 17*

For the purposes of this Agreement, any of the following shall be considered a competent court:

- I. In respect of obligations:
  - (a) Any court on which the parties have agreed, provided that the court is a court of the Contracting State where one of the two parties is domiciled, and provided that the agreement makes provision, in writing, for litigation arising from a concretely determined legal relationship and that such competence has not been established on improper grounds.
  - (b) Secondly, any court of the Contracting State where the defendant is domiciled or habitually resident at the time of the initiation of the litigation, or, in the



case of bodies corporate, of the place where the headquarters or principal establishment is located. If, at the time of the initiation of the action, the defendant had an independent establishment, branch or agency, action may be brought against him in that place when the litigation concerns activities carried out in that establishment, branch or agency.

II. In respect of non-contractual obligations, any court of the Contracting State where the cause that gave rise to the obligations occurred, or any court of the Contracting State where the injury occurred, at the discretion of the plaintiff.

III. In respect of actions pertaining to property, any court of the place where that property is situated.

IV. In respect of financial obligations in matters related to family law, any court of the Contracting State where the defendant is domiciled or habitually resident.

#### Article 18

1. The judicial decisions listed in article 15 shall be recognized:

(a) In Spain, without need for further proceedings, except when they have the force of a *res judicata* or must be enforced or when they are contested, in which cases the procedure outlined for enforcement shall be followed.

(b) In Brazil, once they have been approved by the Supreme Federal Tribunal.

2. A partial recognition can also be granted, if the contents of the decision so permit.

#### Article 19

In order for a decision rendered in one State to be recognized in the other, the following conditions must obtain:

(a) It must have been made by a competent court, as provided for under this Agreement.

(b) It must be enforceable in the State of origin.

(c) The documents by which the action was initiated must have been served in conformity with the laws of the State where the decision originated.

#### Article 20

The competence of the court of the State of origin shall be recognized for the counter-claim if, with regard to that claim, any of the grounds for competence set forth in article 17 obtain, or if that claim derives from the same cause on which the principal claim was based.

#### Article 21

Recognition and the consequent enforcement, where applicable, may be refused in any of the following cases:

(a) If the obligation on the basis of which the action was brought was inadmissible in the requested State;

(b) If the judgement is clearly incompatible with public policy in the requested State;

(c) If an action between the same parties, concerning the same subject, and based on the same cause, is pending before any court of said State, unless the action was brought first in the State of origin;

(d) If a decision on the same action has already been rendered in the requested State, or in a third State and that decision could be deemed recognizable in the requested State.

#### *Article 22*

The following courts are competent in respect of recognition and enforcement:

(a) In Brazil, in respect of recognition: the Supreme Federal Tribunal; in respect of enforcement, the federal judges;

(b) In Spain, the courts of First Instance.

#### *Article 23*

The process of recognition and enforcement shall be governed by the laws of the requested State, without prejudice to the provisions of this Convention, without prejudice to the following articles.

#### *Article 24*

1. While the case may be examined as to its form in order to verify that the requirements set forth in article 19 have been satisfied, under no circumstances shall the merits of the case be re-examined.

2. Once it has been determined that the court that rendered the decision was competent, the facts on which that decision was based shall be considered to have been proved.

3. Recognition or enforcement shall not be refused on the grounds that the court that rendered the decision applied a law other than the law that would have applied under the rules of private international law of the requested State.

#### *Article 25*

The party that seeks recognition or enforcement shall submit a certified true copy of the decision, along with a document certifying that it is enforceable and that the summons was served on the defendant in a due and timely manner.

#### *Article 26*

Once action has been initiated, protective or precautionary measures may be sought before the same competent court, in conformity with the laws of the requested State.

#### *Article 27*

Arbitral awards shall be recognized and enforced in accordance with the provisions of this Agreement, where applicable.

## CHAPTER IV

## EVIDENTIAL FORCE AND ENFORCEMENT OF ENFORCEABLE DOCUMENTS

*Article 28*

Enforceable documents drawn up by an authority of a Contracting State, shall have the same evidential force in the other State as documents drawn up in that State.

*Article 29*

The documents referred to in article 28, which are enforceable in one Contracting State, shall be deemed enforceable in the other, in conformity with the laws of the State in which enforcement is requested. The authority having competence for seeing to the enforcement shall simply verify whether the documents satisfy the conditions necessary for enforcement in the requested State, and whether the requested enforcement is in keeping with public policy in that State.

## CHAPTER V

## GENERAL PROVISIONS

*Article 30*

For the purposes of this Agreement, documents emanating from the judicial or other authorities of one of the Contracting States, as well as documents which have been certified as authentic, correctly dated, properly signed or a true copy of the original, shall not require authentication, marginal notation or similar formality when presented in the other State.

*Article 31*

Within the ambit of judicial cooperation, the central authorities may, if no conflict with public policy arises, send one another requests for information or inquiry in connection with proceedings before their courts, and may transmit to one another copies of judicial decisions free of charge.

*Article 32*

The central authorities shall inform each other, upon request, concerning laws currently in force in their respective legal orders and those which have been repealed.

*Article 33*

Proof of the legislative and customary provisions of either State may be brought before the courts of the other State on the basis of information provided by the consular officials of the State whose law is involved.

*Article 34*

1. A national of one Contracting State shall enjoy free access to the courts of the other State for the defence of his rights and interests, under the same conditions as its nationals, and with the same legal protections.

2. The same privileges shall apply to bodies corporate authorized or registered in conformity with the laws of either State.

*Article 35*

1. No requirement of security or deposit in any amount may be imposed on a national of one Contracting State in the territory of the other State by reason of his status as an alien or his habitual residence even if it is in a third State. The same rule shall apply to any payment required of plaintiffs or interveners as security for legal fees.

2. The same privileges shall apply to bodies corporate authorized or registered in conformity with the laws of either State.

3. If an individual who is not required to post any security or deposit is ordered to defray court costs in an executory judgement rendered by the judicial authority of one State, that order shall be enforced at the request of the party concerned in the territory of the other State, without cost to him. The judicial authority having competence for enforcement shall simply declare whether or not that portion of the judgement pertaining to costs is enforceable.

*Article 36*

1. A national of one Contracting State shall enjoy in the other Contracting State the same benefit of legal assistance as its nationals, regardless of his habitual residence, and even if he resides in a third State.

2. Applications for legal assistance and related documents may be transmitted through the central authorities.

3. A person who is entitled to legal assistance in the State of origin shall enjoy that same entitlement in the requested State, without further review and within the limits established by the laws of that State with regard to the service of process and the execution of letters rogatory, but not including experts' fees, documents and procedures for securing recognition of the decision or rendering it enforceable and documents and procedures for giving effect to the exequatur, which shall not entail reimbursement of costs by the requesting State to the requested State.

*Article 37*

1. The Contracting States shall transmit to each other, on request, and without charge, certified copies of entries in the registers of births, marriages and deaths concerning their nationals. Such documents shall be transmitted through diplomatic or consular channels. Nationals of either State may, however, apply directly to the competent authority of the other State and assume the costs stipulated by the laws of the requested State.

2. Vital records drawn up or certified in the consular offices of one State shall be as valid as those drawn up in the other State.

*Article 38*

No provision of this Agreement may be interpreted in such a way as to impede implementation of the Vienna Convention on Consular Relations.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> United Nations, *Treaty Series*, vol. 596, p. 261.

## CHAPTER VI

## FINAL PROVISIONS

*Article 39*

Any disagreements over the implementation of this Agreement shall be resolved through the diplomatic channel.

*Article 40*

1. This Agreement shall be subject to ratification, and shall enter into force on the last day of the month following the exchange of the instruments of ratification, which shall take place in the city of Brasília.

2. This Agreement shall remain in force for an unlimited period. Either State may denounce it by giving written notice thereof through the diplomatic channels. The termination shall take effect on the last day of the sixth month following such notice.

DONE at Madrid on 13 April 1989, in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government  
of the Federative Republic of Brazil:

*[Signed]*

ROBERTO DE ABREU SODRÉ  
Minister of State for Foreign Affairs

For the Kingdom of Spain:

*[Signed]*

FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ  
Minister for Foreign Affairs

**AGREEMENT ON JUDICIAL COOPERATION IN CIVIL MATTERS  
BETWEEN SPAIN AND BRAZIL, SIGNED IN MADRID ON 13 APRIL 1989**

**ESSENTIAL ELEMENTS OF THE DOCUMENT (ARTICLE 4)**

Requesting authority .....	
Identity and address of person named therein .....	
Identity of parties .....	
Nature and purpose of document .....	
Nature and purpose of action and amount in dispute .....	
Date and place for appearance .....	
Authority that rendered the decision .....	
Date of the decision .....	
Time-limits stated in document .....	

*Article 4*

1. Requests for service of documents shall be drawn up on forms printed in the two languages in conformity with the models annexed to this Agreement. The blank spaces shall be completed in the language of the requesting State.

2. Although the documents to be served shall be drawn up in the language of the requesting State, if the addressee so requests, they shall be translated into the language of the requested State; the cost of translation shall be borne by the requested State.

**AGREEMENT ON JUDICIAL COOPERATION IN CIVIL MATTERS  
BETWEEN SPAIN AND BRAZIL, SIGNED IN MADRID ON 13 APRIL 1989**

Requesting authority: .....

**CERTIFICATE<sup>1</sup> (ARTICLE 5)**

The undersigned authority has the honour to certify

**THAT THE DOCUMENT HAS BEEN SERVED**

On (date) .....

At (place, street, number) .....

In the following manner:

The documents referred to in the request have been delivered to: (Identity of the person): .....

Relationship to the person named therein (relative, employee or other) .....

**THAT THE DOCUMENT HAS NOT BEEN SERVED** for the following reasons: .....

**ENCLOSURES**

A  Evidence of execution

B  Documents returned, particularly if they have not been served.

Done on .....

Signature and official stamp of central authority of the requested State.

\_\_\_\_\_

<sup>1</sup> This certificate shall be written in the language of the requested State.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

CONVENTION<sup>1</sup> RELATIVE À LA COOPÉRATION JUDICIAIRE  
EN MATIÈRE CIVILE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA  
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE ROYAUME  
D'ESPAGNE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et  
Le Royaume d'Espagne,  
Conscients des liens historiques profonds qui unissent les deux pays,  
Désireux de les traduire par des instruments judiciaires de coopération en ma-  
tière civile,  
Résolus à conclure une Convention relative à la coopération judiciaire en ma-  
tière civile, sont convenus des dispositions suivantes :

CHAPITRE PREMIER

DE LA COOPÉRATION JUDICIAIRE

*Article premier*

1. Les Etats contractants s'engagent à se prêter mutuellement une large coopération judiciaire en matière civile, commerciale, sociale et administrative.
2. Le Ministère de la justice de chacun des Etats, agissant à titre d'autorité centrale, transmet et reçoit les demandes de coopération judiciaire et les remet aux organes compétents pour leur exécution.
3. Les agents consulaires conservent la compétence que leur confèrent les Traités internationaux auxquels les deux Etats sont parties.

CHAPITRE II

DE LA COMMISSION ROGATOIRE

*Article 2*

Chaque Etat a la faculté de transmettre dans les formes prévues à l'article premier les commissions rogatoires relatives aux matières qui font l'objet de la présente Convention aux autorités judiciaires chargées de les exécuter dans l'autre Etat.

*Article 3*

1. Les actes judiciaires et extrajudiciaires relatifs aux matières qui font l'objet de la présente Convention peuvent être transmis :
  - a) Par communication entre les Ministères de la justice;

<sup>1</sup> Entré en vigueur le 31 juillet 1991, soit le dernier jour du mois ayant suivi celui de l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Brasilia le 13 juin 1991, conformément au paragraphe 1 de l'article 40.



- b) Directement par les autorités et les fonctionnaires de l'Etat requérant au Ministère de la justice de l'Etat requis;
- c) Par la voie diplomatique.

#### *Article 4*

1. Les demandes de notification d'actes judiciaires sont rédigées sur des imprimés bilingues dont la formule modèle est annexée à la présente Convention. Les parties en blanc sont remplies dans la langue de l'Etat requérant.

2. Les pièces constituant l'acte à notifier sont rédigées dans la langue de l'Etat requérant. Elles sont toutefois traduites dans la langue de l'Etat requis lorsque le destinataire le demande; dans ce cas les frais de traduction sont à la charge de l'Etat requis.

#### *Article 5*

1. Les actes judiciaires sont remis conformément à la loi de l'Etat requis.
2. L'attestation de la remise de l'acte est établie sur un imprimé bilingue dont la formule modèle est annexée à la présente Convention. Les parties en blanc sont remplies dans la langue de l'Etat requis.
3. L'attestation constate la forme, le lieu et la date de la remise, le nom de la personne à qui l'acte a été remis et, le cas échéant, le refus du destinataire de recevoir l'acte ou les faits qui ont empêché l'exécution.

#### *Article 6*

1. Lorsque la commission rogatoire est adressée à l'autre Etat contractant afin de notifier un acte introductif d'instance et que le défendeur ne comparaît pas, le juge d'instance de l'Etat requérant suspend la procédure aussi longtemps qu'il n'est pas établi que l'acte a été notifié.

2. La suspension cesse :
  - a) Lorsque l'acte a été remis comme prévu par la présente Convention;
  - b) A l'expiration d'un délai d'au moins six mois, fixé par le juge d'instance compte tenu des circonstances particulières;
  - c) L'Etat requis ne donne pas suite aux démarches faites en temps utile auprès de ses autorités compétentes.

3. Les dispositions du présent article ne sauraient exclure l'adoption de mesures provisionnelles ou conservatoires.

#### *Article 7*

1. Dans le cas d'un jugement rendu par défaut suite à une commission rogatoire exécutée aux termes de la présente Convention, le juge d'instance de l'Etat requérant a la faculté de relever le défendeur de la forclusion résultant de l'expiration du délai si les conditions suivantes sont réunies :

- a) Le défendeur, sans qu'il y ait eu faute de sa part, n'a pas eu connaissance de l'action ou du jugement en temps utile pour présenter sa défense ou exercer un recours;
- b) Les allégations du défendeur apparaissent fondées en principe.

2. Pour être relevé de la forclusion, le défendeur doit en faire la demande dans un délai de deux mois à compter du jour où il a eu connaissance du jugement rendu par défaut.

#### *Article 8*

1. L'exécution d'une commission rogatoire ne peut être refusée que si elle n'entre pas dans les attributions de l'autorité judiciaire de l'Etat requis ou si elle est de nature à porter atteinte à la souveraineté ou à la sécurité de cet Etat.

2. L'exécution ne peut être refusée pour le seul motif que la loi de l'Etat requis revendique une compétence internationale exclusive dans l'affaire en cause ou ne connaît pas de voie de droit semblable à celles de l'Etat requérant ou parce qu'elle tendrait à un résultat non admis par la loi de l'Etat requis.

#### *Article 9*

Les commissions rogatoires et les pièces qui les accompagnent, sauf celles visées au paragraphe 2 de l'article 4, sont rédigées dans la langue de l'Etat requis ou sont accompagnées d'une traduction dans cette langue.

#### *Article 10*

L'autorité requise informe de la date et du lieu où il sera procédé à la mesure sollicitée afin que les autorités, les parties intéressés et leurs représentants puissent y assister. Cette communication peut être faite soit par l'intermédiaire des autorités centrales soit aux parties intéressées elles-mêmes.

#### *Article 11*

1. L'autorité judiciaire qui procède à l'exécution d'une commission rogatoire applique sa loi interne. Les questions posées aux experts et aux témoins ainsi que leurs réponses sont autant que possible transcrites intégralement.

2. Toutefois, il est déféré à la demande de l'autorité requérante, tendant à ce qu'il soit procédé selon une forme spéciale, à moins que celle-ci ne soit incompatible avec l'ordre public de l'Etat requis.

3. La commission rogatoire doit être exécutée d'urgence.

#### *Article 12*

1. En exécutant la commission rogatoire, l'autorité requise applique les moyens de contrainte appropriés et prévus par sa loi interne.

2. Les pièces constatant l'exécution de la commission rogatoire sont transmises par l'intermédiaire des autorités centrales.

3. Lorsque la commission rogatoire n'est pas exécutée en tout ou en partie, l'autorité requérante en est informée immédiatement et les raisons lui en sont communiquées.

#### *Article 13*

L'exécution de la commission rogatoire ne donne lieu au remboursement d'aucun frais à l'exception des indemnités versées aux témoins, des honoraires d'experts, des frais de traduction et des dépenses occasionnées par l'application d'une forme spéciale demandée par l'Etat requérant.

#### *Article 14*

Lorsque l'adresse du destinataire de l'acte ou de la personne dont l'audition est demandée est incomplète ou inexacte, l'autorité requise s'efforce néanmoins de rechercher l'intéressé. Elle peut à cet effet demander à l'Etat requérant des renseignements complémentaires de nature à permettre l'identification et la recherche de la personne concernée.

### CHAPITRE III

#### DE LA RECONNAISSANCE ET DE L'EXÉCUTION DES DÉCISIONS ET TRANSACTIONS JUDICIAIRES, SENTENCES ARBITRALES ET ACTES EXÉCUTOIRES

#### *Article 15*

1. Les décisions judiciaires rendues en matière civile, commerciale et sociale par les juridictions de l'un des Etats contractants sont reconnues et exécutées dans l'autre Etat contractant conformément aux dispositions de la présente Convention.

2. On entend par « décision judiciaire » un jugement, une transaction judiciaire, un arrêt, ou toute décision semblable rendue au terme d'une procédure.

3. La coopération prévue par la présente Convention s'étend aux décisions rendues à l'issue d'une procédure de juridiction volontaire.

4. Elle s'étend également aux décisions rendues par les juridictions pénales quant conséquences civiles des actes réprimés par le droit pénal.

#### *Article 16*

Les dispositions de l'article 15 ne s'appliquent pas aux décisions judiciaires rendues dans les matières ci-après, dont la reconnaissance et l'exécution sont régies conformément à la loi interne de chaque Etat :

a) Etat et capacité des personnes et droit de la famille, lorsque la décision consiste à les établir ou à les déclarer, sauf les décisions relatives aux obligations pécuniaires qui découlent de cette déclaration, comme en dispose l'article suivant;

b) Obligations alimentaires relatives à des mineurs;

c) Successions;

d) Faillites, banqueroutes et procédures analogues;

e) Prévoyance sociale;

f) La réparation des dommages causés par l'énergie nucléaire.

#### *Article 17*

Aux fins de la présente Convention, le for compétent est :

I. En matière d'obligations :

a) Celui choisi par les parties à l'instance, à condition qu'il relève de l'Etat contractant où l'une des parties est domiciliée, que l'élection du for soit faite par écrit à l'égard des litiges découlant d'une relation juridique concrètement déterminée, et que ladite compétence n'ait pas été établie de façon abusive;

b) A titre subsidiaire, le for de l'Etat contractant où le défendeur a son domicile ou sa résidence habituelle au moment où l'action est engagée ou, si le défendeur est

une personne morale, celui du lieu où il a son siège social ou son établissement principal. Si le défendeur possède, au moment où l'action est engagée, un établissement, une succursale ou une agence distincte située dans un autre lieu, l'action peut être engagée dans ledit lieu dans la mesure où le litige concerne les activités menées par l'établissement, la succursale ou l'agence en question.

II. En matière d'obligations non contractuelles, le for de l'Etat contractant où se sont produits les faits générateurs de l'obligation ou, au choix du demandeur, celui de l'Etat contractant où s'est produit le préjudice.

III. Pour les actions concernant des biens, le for du lieu où se trouvent lesdits biens.

IV. Pour les obligations pécuniaires en matière de droit de la famille, le for de l'Etat contractant où le défendeur a son domicile ou sa résidence habituelle.

#### *Article 18*

1. Les décisions judiciaires visées à l'article 15 sont reconnues :

a) Au Brésil — par une décision d'exequatur de la Cour suprême fédérale;

b) En Espagne — sans aucune formalité, sauf si elles ont été passées en force de chose jugée et doivent être exécutées, ou s'il y est fait opposition, auxquels cas les formalités prévues pour l'exécution des décisions de justice doivent être respectées.

2. Une décision judiciaire peut être reconnue partiellement dans la mesure où sa teneur le permet.

#### *Article 19*

Une décision judiciaire rendue dans l'un des Etats contractants peut être reconnue dans l'autre Etat si elle réunit les conditions suivantes :

a) Elle émane d'une juridiction compétente aux termes de la présente Convention;

b) Elle est exécutoire dans l'Etat où elle a été rendue;

c) Le défendeur a été régulièrement cité conformément à la loi de l'Etat où la décision a été prononcée.

#### *Article 20*

La compétence du for de l'Etat d'origine est reconnue pour toute demande reconventionnelle répondant aux conditions de l'article 17 ou découlant des mêmes faits que la demande principale.

#### *Article 21*

La reconnaissance et l'exécution d'une décision judiciaire peuvent être refusées dans chacun des cas suivants :

a) L'obligation sur laquelle se fonde la demande est illicite dans l'Etat requis;

b) La décision est manifestement incompatible avec l'ordre public de l'Etat requis;

c) Un litige entre les mêmes parties, fondé sur les mêmes faits et ayant le même objet, est pendant devant une juridiction de l'Etat requis, à moins que l'action n'ait été engagée antérieurement dans l'Etat d'origine;

d) Une décision concernant le même litige a déjà été rendue dans l'Etat requis ou dans un Etat tiers, qui pourrait être reconnue sur le territoire de l'Etat requis.

#### *Article 22*

La reconnaissance et l'exécution des décisions judiciaires relèvent des juridictions suivantes :

- a) Au Brésil — de la Cour suprême fédérale pour la reconnaissance et des juges fédéraux pour l'exécution;
- b) En Espagne — des tribunaux de première instance.

#### *Article 23*

La procédure de reconnaissance et d'exécution est régie par la loi de l'Etat requis, sans préjuger des dispositions de la présente Convention, et en particulier des articles ci-après.

#### *Article 24*

1. Les décisions judiciaires ne peuvent en aucun cas faire l'objet d'un examen au fond, sans préjuger du contrôle formel des conditions énoncées à l'article 19.
2. Les faits sur lesquels se fonde la compétence de la juridiction ayant rendu la décision sont tenus pour acquis.
3. La reconnaissance ou l'exécution ne peut être refusée au motif que la juridiction qui a rendu la décision a appliqué une loi distincte de celle qui aurait été applicable conformément aux règles de l'Etat requis en matière de droit international privé.

#### *Article 25*

La partie à l'instance qui demande la reconnaissance ou l'exécution d'une décision judiciaire doit en produire le texte intégral authentique ou sa copie certifiée conforme, ainsi que des certificats attestant de son caractère exécutoire et du fait que le défendeur a été cité dans les formes et les délais prescrits.

#### *Article 26*

Dès que la procédure est engagée, la juridiction compétente peut ordonner des mesures provisionnelles ou conservatoires conformément à la loi de l'Etat requis.

#### *Article 27*

Les dispositions de la présente Convention s'appliquent, dans la mesure du possible, à la reconnaissance et à l'exécution des sentences arbitrales.

### CHAPITRE IV

#### DE LA FORCE PROBANTE ET DE L'EXÉCUTION DES ACTES AUTHENTIQUES

#### *Article 28*

Les actes authentiques dressés par les autorités de l'un des Etats contractants ont, dans l'ordre juridique de l'autre Etat, la même force probante que les actes dressés par les autorités de cet Etat.

*Article 29*

Les actes mentionnés à l'article 28, exécutoires dans l'un des Etats, sont déclarés exécutoires dans l'autre Etat conformément à la loi de l'Etat ou l'exécution en est demandée. L'autorité compétente pour l'exécution vérifie seulement si les actes réunissent les conditions nécessaires à leur exécution dans l'Etat d'origine et si les dispositions dont l'exécution est poursuivie n'ont rien de contraire à l'ordre public de l'Etat où l'exécution est requise.

## CHAPITRE V

## DISPOSITIONS GÉNÉRALES

*Article 30*

Aux fins de la présente Convention, les documents qui émanent des autorités judiciaires ou d'autres autorités de l'un des Etats contractants, ainsi que les documents dont elles attestent la certitude et la date, la véracité de la signature ou la conformité à l'original, sont dispensés de toute légalisation, apostille ou formalité analogue lorsqu'ils doivent être présentés à une autorité judiciaire de l'autre Etat.

*Article 31*

Les autorités centrales peuvent, au titre de l'entraide judiciaire, sauf si l'ordre public s'y oppose, s'adresser des demandes de renseignements et d'enquête dans le cadre des procédures dont leurs autorités judiciaires sont saisies et se transmettre sans frais des expéditions de décisions judiciaires.

*Article 32*

Les autorités centrales se fournissent mutuellement, sur leur demande, des renseignements concernant les lois actuellement ou antérieurement en vigueur sur le territoire des Etats dont elles relèvent.

*Article 33*

La preuve des dispositions législatives et coutumières de l'un des Etats peut être apportée devant les juridictions de l'autre Etat au moyen des renseignements communiqués par les agents consulaires de l'Etat dont le droit doit être prouvé.

*Article 34*

1. Les ressortissants de l'un des Etats contractants jouissent sur le territoire de l'autre Etat, en ce qui concerne leur personne et leurs biens, des mêmes droits et de la même protection juridique que les ressortissants de cet autre Etat et ont librement accès à ses juridictions pour la défense de leurs droits et intérêts.

2. Les personnes morales constituées ou enregistrées selon les lois de l'un ou l'autre des deux Etats jouissent des mêmes avantages.

*Article 35*

1. Il ne peut être exigé des ressortissants de l'un des Etats contractants, sur le territoire de l'autre Etat, qu'ils constituent une caution ou toute autre sorte garantie du fait de leur qualité d'étrangers ou parce qu'ils n'ont pas leur résidence habituelle ou leur domicile sur le territoire de cet autre Etat. Il en va de même des paiements

exigibles des parties ou des intervenants à une instance à titre de garantie des frais de justice.

2. Les personnes morales constituées ou enregistrées selon les lois de l'un ou l'autre des deux Etats jouissent des mêmes avantages.

3. Si une personne dispensée de caution ou garantie est condamnée à payer les frais de justice par une décision passée en force de chose jugée par l'autorité judiciaire de l'un des Etats contractants, ladite décision est exécutée sans frais, à la demande de l'intéressé, sur le territoire de l'autre Etat. L'autorité judiciaire compétente pour l'exécution se limite à déclarer que la décision relative aux frais de justice est ou non exécutable.

#### *Article 36*

1. Les ressortissants de l'un des Etats contractants ont droit à une l'aide judiciaire dans les mêmes conditions que les ressortissants de l'autre Etat, quel que soit le lieu de leur résidence habituelle même s'il est situé dans un Etat tiers.

2. Les demandes d'aide judiciaire et les pièces qui les composent peuvent être transmises par l'intermédiaire des autorités centrales.

3. Toute personne admise au bénéfice de l'aide judiciaire dans l'Etat d'origine a droit au même avantage dans l'Etat requis, sans réexamen et dans les limites prévues par la loi, en ce qui concerne les communications relatives à l'affaire en cause et l'exécution de commissions rogatoires, à l'exception des indemnités versées aux experts pour les actes et procédures nécessaires à la reconnaissance et à l'exécution de la décision, ainsi que pour la procédure d'exécution de la décision d'exequatur, qui ne donnent lieu au remboursement d'aucun frais par l'Etat requérant à l'Etat requis.

#### *Article 37*

1. Les Etats contractants se communiquent à leur demande et sans frais des extraits des actes d'état civil concernant leurs ressortissants. Cette transmission s'effectue par la voie diplomatique ou consulaire. Toutefois, les nationaux de l'un des Etats peuvent s'adresser directement à l'autorité compétente de l'autre Etat moyennant le paiement des frais prévus par la loi de l'Etat requis.

2. Les actes d'état civil dressés ou transcrits dans les postes consulaires de chaque Etat sont assimilés aux actes d'état civil dressés sur le territoire de cet Etat.

#### *Article 38*

Aucune disposition de la présente Convention de peut être interprétée comme faisant obstacle à l'application de la Convention de Vienne sur les relations consulaires<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 596, p. 261.

## CHAPITRE VI

## DISPOSITIONS FINALES

*Article 39*

Les difficultés qui s'élèveraient à l'occasion de l'application de la présente Convention seront réglées par la voie diplomatique.

*Article 40*

1. La présente Convention est sujette à ratification; elle prendra effet le dernier jour du mois suivant l'échange des instruments de ratification, qui s'effectuera dans la ville de Brasília.

2. La présente Convention est conclue pour une durée illimitée. Chacun des Etats peut la dénoncer au moyen d'une notification écrite transmise par la voie diplomatique. Cette dénonciation prendra effet le dernier jour du sixième mois suivant la date de la notification.

FAIT à Madrid le 13 avril 1989 en double exemplaire en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement  
de la République fédérale du Brésil :

[Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ  
Ministre des affaires étrangères

Pour le Royaume d'Espagne :

[Signé]

FRANCISCO FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ  
Ministre des affaires étrangères



CONVENTION RELATIVE À LA COOPÉRATION JUDICIAIRE EN MATIÈRE CIVILE ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE ROYAUME D'ESPAGNE SIGNÉE À MADRID LE 13 AVRIL 1989

ÉLÉMENTS ESSENTIELS DE L'ACTE (ARTICLE 4)

Nom de l'autorité dont émane la demande : .....

Nom et adresse de la personne intéressée par la notification de l'acte : .....

Noms des parties à l'instance : .....

Nature et objet de l'acte : .....

Nature et objet du litige et montant en cause : .....

Date et lieu de la comparution : .....

Nom de l'autorité qui a prononcé la décision : .....

Date de la décision : .....

Indication des délais qui figurent dans l'acte : .....

*Article 4*

1. Les demandes de notification d'actes judiciaires sont rédigées sur des imprimés bilingues dont la formule modèle est annexée à la présente Convention. Les parties en blanc sont remplies dans la langue de l'Etat requérant.

2. Les pièces constituant l'acte à notifier sont rédigées dans la langue de l'Etat requérant. Elles sont toutefois traduites dans la langue de l'Etat requis lorsque le destinataire le demande; dans ce cas, les frais de traduction sont à la charge de l'Etat requis.

CONVENTION RELATIVE À LA COOPÉRATION JUDICIAIRE EN MATIÈRE CIVILE ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE ROYAUME D'ESPAGNE SIGNÉE À MADRID LE 13 AVRIL 1989

Nom de l'autorité dont émane la demande : .....

ATTESTATION<sup>1</sup> (ARTICLE 5)

L'autorité soussignée a l'honneur d'attester

QUE LA REMISE A ÉTÉ FAITE

Le (date) : .....

A (localité, rue, numéro) : .....

Dans la forme suivante :

Les actes visés par la demande ont été remis à (nom de la personne) : .....

Ayant avec le destinataire des actes le lien suivant de parenté, de dépendance ou autre :

.....

QUE LA REMISE N'A PAS ÉTÉ FAITE pour les motifs suivants : .....

PIÈCES JOINTES

A  Actes attestant de l'exécution

B  Actes restitués, en particulier si la remise n'a pas été faite.

Fait à : .....

Signature et timbre officiel de l'autorité centrale de l'Etat requis

\_\_\_\_\_

<sup>1</sup> La présente attestation doit être remplie dans la langue de l'Etat requis.